GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS www.to.gov.br

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A Instituição Financeira Autorizada pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011. (Em R\$ mil)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A., sociedade de economia mista, de capital fechado, tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de 30 de Junho de 2012 e 2011 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil — BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional — COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência mensal, exceto as operações de crédito vencidas a partir de sessenta dias;
- A forma de tributação base para constituição da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido é a do Lucro Real Anual sem opção por incentivos fiscais, conforme a legislação em vigor;
- c) Os direitos e obrigações da empresa estão classificados no ativo e passivo circulante e não circulante, em conformidade aos



- estabelecidos nos artigos 179 e 180 da Lei n.º 6.404/76 e Lei 11.638/2007 suas alterações;
- d) Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias ou cambiais incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis;
- As "Operações de Crédito" encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações;
- f) A "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, Resolução n.º 2.682/1999;
- g) O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação ou amortização, que é calculada pelo método linear. A seguir apresentamos a composição do ativo imobilizado por conta e suas respectivas taxas anuais de depreciação e amortização (nota 4.3), (EM R\$ MIL);
- h) Caixa e equivalente de caixa são representados pelas disponibilidades e títulos e valores mobiliários, cujo vencimento das operações na data efetiva de sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e que são utilizados pela Agência para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Os valores são:

			2012	2011
Ca	ixa	e equivalentes de caixa	2.131	3.640
	Dis	sponibilidades	22	5
	Tit	utos e Valores Mobiliarios		
		Cotas de Fundo de Investimento	2.109	3.635

4 ATIVO

4.1 - Títulos e Valores Mobiliários

		30/06	6/2012	30/06/2011		
Categoria	Prazos	Saldo Aplicação	Receitas	Saldo Aplicação	Receitas	
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	07/06/2013	236	11	213	7	
Fundo Invest. Referenciado DI Premium	Sem vencimento	2.109	131	3.635	93	
Total		2.345	142	3.848	100	

A composição da carteira do Fundo de Investimento: Títulos Públicos (91,75% - LFT e 2,55% - LTN) e Outros (5,72% - Compromissadas e (0,02) % - Outros). A aplicação em Fundos de Investimento obteve uma rentabilidade no semestre de 4,77% correspondente a 86,06% do CDI.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS www.to.gov.br

4.2 - Operações de Crédito

a) Composição por atividade econômica:

		30/06/2	<u>012</u>		<u> 2011</u>	
Setor Privado	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	3.358	3.511	6.869	2.319	2.774	5.093
Indústria	238	87	325	198	192	390
Infra-Estrutura	57	96	153	37	144	181
Agronegócio	889	183	1.072	760	356	1.116
Pessoa Física	244	106	350	227	140	367
Total	4.786	3,983	8.769	3.541	3,606	7.147

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de		30/06/2	2012	30/	06/2011
Risco	Faixa de Atraso	Valor	%	Valor	%
Α	Até 14 dias	3.275	37	1.257	18
В	15 e 30 dias	2.421	28	4.088	57
С	31 e 60 dias	1.109	13	1.020	14
D	61 e 90 dias	159	2	219	3
Е	91 e 120 dias	45	1	236	3
F	121 e 150 dias	26	0	100	2
G	151 e 180 dias	82	1	158	2
Н	Acima de 180 dias	1.652	19	68	1
TOTAL D	A CARTEIRA ATIVA	8.769	100	7.147	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de	30/06/	2012	30/06/2011		
Risco	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas	
Α	3.258	18	1.257	4	
В	2.362	59	4.088	74	
С	1.064	44	1.020	11	
D	151	8	219	28	
E	38	7	236	75	
F	23	3	100	72	
G	51	31	158	64	
Н	1.135	517	68	43	
TOTAL	8.082	687	7.147	371	



d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

		30/06	30/06/2012		/2011
Classificação - Nível de Risco	Provisão %	Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
Α	0,5	3.275	16	1.253	4
В	1	2.421	24	4.015	74
С	3	1.109	34	1.009	11
D	10	159	16	191	28
Е	30	45	14	161	75
F	50	26	13	28	72
G	70	82	57	94	64
Н	100	1.652	1.652	25	43
TOTAL		8.769	1.826	6.776	371

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	30/06/2012	30/06/2011
Saldo no Início do Período	1.995	367
Constituição da Provisão	189	299
Créditos Baixados como Prejuízo	237	124
Reversão de Provisão	121	142
Saldo no Fim do Período	1.826	400

f) Créditos renegociados

	30/06/2012	30/06/2011
Renegociação	148	927

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados

	30/06/2012	30/06/2011
Saldo no Início do Período	827	758
Créditos baixados como prejuízo	237	124
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	33	10
Saldo no Fim do Período	1.031	872

4.3 Não Circulante (exceto Operações de Crédito)

Descrição	30/06/2012	30/06/2011	Depreciação	Amortização
Outros Investimentos	1	1		
Sub-Total Investimento	1	1		
Móveis e Equipamentos de Uso	302	299	10%	-
Sistema de Comunicação	43	41	10%	-
Sistema de Processamento de	436	445	20%	-
Dados				
Sistema de Segurança	1	1	20%	-
Sistema de Transporte	171	82	20%	-
(-)Depreciação/Amortização	(725)	(549)	-	-
Sub-Total Imobilizado	228	320	-	-
Diferido gastos em imóveis de	125	125	-	-

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS www.to.gov.br

www.fomento.to.gov.br

terceiros			
(-) Amortização	(125)	(125)	
Sub-Total Diferido	-	-	
Intangível – Software	117	117	20%
(-) Amortização	(116)	(96)	
Sub- Total Intangível	1	21	
Total Permanente	229	341	

5 PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO E REPASSE

Referem – se a obtenção de recursos para financiamentos nos diversos ramos de atividade econômica oriundos de órgãos Governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, assim distribuídos:

Operações com Recurso BNDES

Descrição BNDES]					
Taxa Média – 5%a.a						
Prazo Médio – 5 anos		30/06/201	2		30/06/201	<u>1</u>
Recurso do BNDES	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
BNDES – FINAME	37	108	145	43	153	196
Comércio e Serviço	31	100	1	40	100	190
BNDES – FINAME						
Comércio e Serviço –	178	494	672	164	571	735
Ônibus e Caminhão						
Total	215	602	817	207	724	931

As operações concedidas com recursos do BNDES são praticadas as taxas mínimas de 2,5% a 7%a.a no prazo máximo de 7 (sete) anos incluindo a carência.

6 PATRIMONIO LIQUIDO

6.1 Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é de 9.683 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	PARTIC. %	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,40	5.964.000	9.624.795
SINDUSCON	O.N.	0,10	6.000	9.683
FIETO	O.N.	0,10	6.000	9.683
FAET	O.N.	0,10	6.000	9.683
FECOMÉRCIO	O.N.	0,10	6.000	9.683
FACIET	O.N.	0,10	6.000	9.683
SICON	O.N.	0,10	6.000	9.683
TOTAL DE AÇÕES		100,00	6.000.000	9.682.892

RECEITAS

A composição das receitas do exercício pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

RECEITAS	30/06/2012	20/06/2011	Variação	
RECEITAS		30/00/2011	R\$	%
Rendas de Operações de Crédito	807	825	-18	-2
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	142	162	-20	-12
Rendas de Prestação de Serviços	6	15	-9	-60
Outras Receitas Operacionais	159	158	1	1
RECEITAS TOTAIS	1.114	1.160	-46	-4

Outras Receitas operacionais são constituídas de: Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo, Reversão de Provisões de Operações de Créditos e Recuperação de Outras Despesas e Outras Reversões.

DESPESAS

A composição das despesas do semestre:

DESPESAS	30/06/2012	30/06/2011	Variação	
DESFESAS	30/00/2012	30/00/2011	R\$	%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	189	299	-110	-37
Pessoal e Honorários	226	176	50	28
Outras despesas administrativas	510	508	2	0
Tributárias	47	51	-4	-8
Outras despesas operacionais	8	11	-3	-27
IRPJ e CSLL	12	48	-36	-75
DESPESAS TOTAIS	992	1.093	-101	-9

Nesse semestre a Instituição pagou multas e juros de R\$ 795,88 devido a um resíduo de IRPJ referente ao PER/DCOMP do ano de 2007 e um resíduo de IOF referente ao PER/DCOMP do ano de 2005, informados e autorizados pela Diretoria Executiva.

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstrativo do Cálculo dos Encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	30/06/2012	30/06/2011
Resultado Líquido Acumulado	134	536
LUCRO REAL ANUAL		



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS www.to.gov.br

Adições	195	786
Exclusões	(292)	(609)
Resultado líquido Ajustado	37	713
Compensação prejuízo exercícios anteriores	(11)	(157)
Base de Cálculo	26	556
Imposto de Renda - 15%	6	115
Cálculo da CSLL - 15%	6	83
TOTAL DA DESPESA	12	198

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e 9% para as demais empresas. A elevação da alíquota de contribuição social para empresas do setor financeiro foi determinada pela Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008), sendo seu cálculo efetuado de acordo com as normas emitidas pelas autoridades tributárias.

10 RESULTADO DO PERIODO

No 1° semestre as receitas totalizaram R\$ 1.114 mil, apresentando uma redução de 4% sobre o semestre anterior. As despesas totais alcançaram o valor de R\$ 992 mil também com um redução de 9% em comparação com o semestre anterior.

	30/06/2012	30/06/2011
Resultado do Exercício	122	67

11 PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 30/06/2012, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 1.013 mil. A parcela do patrimônio liquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 7.330 mil, o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.



13 **SEGUROS**

A Agência tem como política manter a cobertura de seguros dos seus principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos em seguradora idônea.

14 **RECURSOS HUMANOS**

O quadro atual de pessoal é composto por funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário, exceto os membros da diretoria executiva e os estagiários.

CONTINGÊNCIAS FISCAIS/TRIBUTÁRIAS/TRABALHISTAS 15

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de saída financeira para a Instituição: Provável, Possível e Remota. Sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são reconhecidos contabilmente. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis na são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

De acordo com opinião dos assessores jurídicos, não existem processos classificados dentro dos critérios com risco Provável ou Possível, não existindo provisão e nem divulgação.

17ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL E DE **MERCADO**

A Agência de Fomento, atendendo às determinações do Banco Central do Brasil bem como visando aprimorar seus controles internos, instituiu uma estrutura unificada para gerenciar os riscos operacionais, de mercado e de crédito, aos quais a Instituição está exposta. Essa estrutura tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS www.to.gov.br

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A

www.fomento.to.gov.br

aos produtos, processos, serviços, atividades e sistemas da Agência. O Conselho de Administração da Instituição aprovou as Políticas de Gestão de Riscos, sendo que a estrutura de governança coorporativa dessa área e demais informações quanto ao gerenciamento dos riscos encontram-se descritas em relatórios, disponíveis ao acesso público na sede da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas, 26 de Julho de 2012.

OZEIAS BRUZINGA Contador CRC – TO 002837/O CPF 999.492.531-87